



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei Nº 244/13



Súmula: Institui conforme específica, transporte gratuito em linhas coletivas Intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, no Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Fica assegurado aos idosos, com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal público ou efetuado por empresa concessionária de serviço público no Estado do Paraná.

Parágrafo único: os termos desta lei não se aplicam a empresas destinadas a serviços seletivos, especiais ou de turismo, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Art. 2º - No sistema de transporte interestadual observar-se-á:

I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. A cobrança do seguro de acidentes pessoais obrigatória poderá ser cobrada separadamente no momento da reserva da passagem, conforme determinação da Legislação Estadual vigente.

Art. 3º - Para ter acesso à gratuidade, o idoso deverá apresentar qualquer documento pessoal, oficial, que faça prova de sua idade, bem como a comprovação de renda compatível com a estabelecida.

Art. 4º - Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se:

I - Idoso: pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - Serviço de transporte coletivo intermunicipal: aquele que transpõe o limite de um município com destino a outro município, dentro do território paranaense, aberto ao público em geral, de natureza regular ou permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 5º - As empresas concessionárias, permissionárias, ou autorizadas pelo Estado, que exploram o transporte coletivo intermunicipal, deverão adequar-se a presente norma, no momento da renovação, revisão ou prorrogação dos contratos vigentes.

Parágrafo único. Nos casos de novos contratos, sejam decorrentes de ampliação da rede de atendimento ou qualquer outro que o motive, deverão ter a sua aplicação já prevista em contrato.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 17 de Junho de 2013.

Teruo Kato
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Justificativa:

O Artigo 230 §2º da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado garantir aos Maiores de 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

A Lei 10.741 de 10/10/2003, Estatuto do Idoso, garantiu em seu art 40, a gratuidade de duas vagas para o transporte coletivo interestadual. Entretanto compete, ao Poder Público Estadual, de forma residual, garantir o benefício na rede Estadual de transporte coletivo. Respeitando suas peculiaridades concessionárias, porém de forma efetiva, e responsável ampliar as garantias ao direito constitucional a locomoção dos idosos.

Pretende-se com a medida, assegurar que o transporte intermunicipal de passageiros, no âmbito do Estado do Paraná, se reserve duas vagas gratuitas para idosos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e ainda, desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens para os idosos que excederem as vagas gratuitas.

Em respeito às legislações vigentes, ciente da importância com relação à obrigatoriedade do pagamento da taxa de seguro de acidentes pessoais, entendo que a gratuidade sobre esta taxa iria onerar de forma excessiva o valor da passagem para os demais passageiros. Tratando-se de tarifa de pequena monta, vislumbramos a possibilidade de que os idosos possam arcar com este valor.

Por tratar-se de execução de serviços por meio de concessão ou permissão, em respeito à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos em cumprimento as normas Constitucionais Federais estabelecidas em seus artigos 37, XXI e 175. Faz-se necessário a implementação da presente lei, somente, quando da revisão, prorrogação ou implantação de novo contrato, impedindo desta forma a ocorrência de desequilíbrio dos contratos. Ficando sob responsabilidade do órgão executor e fiscalizador e a adequação do comprimento da norma.

Diante de todo o exposto só tenho que conchamar a esta Casa de Leis que possamos enfrentar este problema socioeconômico e ambiental que está em nossos quintais.

Teruo Kato
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 244/13

Projeto de Lei nº 244/13

Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Institui conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo, instituir, conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, através do recurso apresentado:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Fixa também o mesmo documento legal a disposição na qual é lícito o pedido de vista para melhor análise das proposições por qualquer membro pertencente à comissão a qual esteja sendo deliberado:

Art. 51 O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

(...)

§ 6º A qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar.

O projeto em tela, contrariamente ao afirmado pelo parecer do relator, não é idêntico ao PL 373/2012, já rejeitado por esta Comissão. Há pertinência temática entre ambos, mas diferem em importantes aspectos. O projeto de autoria do Deputado Roberto Aciolli previa que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística alterasse os contratos de concessão do serviço de transporte intermunicipal.

Tal previsão incorre em vício de iniciativa, tendo em vista que não pode um parlamentar iniciar um processo legislativo que determine atribuições às Secretarias de Estado, conforme art. 66, IV e art. 87, III da Constituição Estadual.

Entretanto, o projeto ora em análise não incorre no mesmo defeito, não havendo qualquer previsão similar a supramencionada.

Sendo assim, nota-se que o autor da proposta cuidou para que o mesmo não incidisse em inconstitucionalidade formal, aquela que, nas palavras do Professor Pedro LENZA, "é a que se verifica erro quanto a forma no seu processo de elaboração legislativa, especialmente quanto a origem do projeto".¹

Ademais, há entendimento da Suprema Corte brasileira no sentido de que é o Estado competente para legislar sobre transporte

¹ LENZA, Pedro. Direito Constitucional, 16. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 99



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



intermunicipal, conforme análise do voto do Ministro Eros Grau, relator da ADI 2.349:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 2º DO ARTIGO 229 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL. TRANSPORTE COLETIVO URBANO. ARTIGO 30, V DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. TRANSPORTE GRATUITO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. POLICIAIS CIVIS. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. 1. Os Estados-membros são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal. 2. Servidores públicos não têm direito adquirido a regime jurídico. Precedentes. 3. A prestação de transporte urbano, consubstanciando serviço público de interesse local, é matéria albergada pela competência legislativa dos Municípios, não cabendo aos Estados-membros dispor a seu respeito. 4. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado parcialmente procedente. (STF - ADI: 2349 ES, Relator: EROS GRAU, Data de Julgamento: 30/08/2005, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 14-10-2005 PP-00007 EMENT VOL-02209-01 PP-00125 LEXSTF v. 27, n. 323, 2005, p. 46-53)

Desta forma, resta claro que a matéria em questão legisla sobre tema o qual é lícito o legislador estadual adentrar e auxiliar o Executivo estadual em sua execução.

Insta frisar ainda que o projeto de lei em análise prevê em seu artigo 5º e parágrafo único que as concessionárias, permissionárias, ou autorizadas pelo Estado, que exploram o transporte coletivo intermunicipal, deverão adequar-se a presente norma, no momento da renovação, revisão ou prorrogação dos contratos vigentes. Ou seja, mantém-se o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, não ensejando majoração das tarifas hoje em dia cobradas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ademais, em que pese o brilhantismo do parecer exarado pelo nobre relator, ao contrário do que foi afirmado, o projeto não incorre em impacto orçamentário-financeiro ao Estado. Sendo assim, não há que se falar em violação aos dispositivos da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Deste modo, vislumbra-se, que o projeto de lei não afronta a legislação vigente, não esbarra em aspectos constitucionais e vem de encontro a tutela e proteção preconizadas pela Lei Federal 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

Corroborando com este entendimento, vale destacar que já existe norma muito similar no ordenamento jurídico estadual. Trata-se da Lei Estadual 11.911, de 1º de dezembro de 1997, a qual assegura o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal.

Por fim, apenas com o objetivo de corrigir equívocos encontrados no projeto e para adequá-lo ao Estatuto do Idoso, propõe-se a emenda modificativa anexa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei na forma da emenda modificativa anexa.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dp. Pastor
Edson

10.11.13

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

Handwritten signatures of various deputies, including Dep. Carlos, Dep. Pastor, Dep. Tassinari, Dep. Kuyumian, Dep. Aníbal, Dep. Adriano, Dep. Stenowicz, Dep. Perillo, and Dep. Hermoso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 244/2013

Altera a redação do caput do art. 1º,
altera a redação do caput do art. 2º e
altera o inciso I do art. 4º, do Projeto
de Lei nº 244/2013.

Art. 1º O caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 244/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica assegurado aos idosos, com idade igual ou superior a sessenta anos, a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal público ou efetuado por empresa concessionária de serviço público no Estado do Paraná.

Art. 2º O caput do art. 2º do Projeto de Lei nº 244/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º No sistema de transporte intermunicipal observar-se-á:

Art. 3º O inciso I do art. 4º do Projeto de Lei nº 244/2013 passa a contar com a seguinte redação:

I – idoso: pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.



Dep. Nelson Justus
Presidente

Dep. Nereu Moura
Relator

Dep. Pastor Edson

Dep. Turini

Dep. Carlos

Dep. Luciano

Dep. Hermes



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 244/2013

O Projeto de Lei n.º 244/2013, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo instituir conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas Intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, no Estado do Paraná e dá outras providências.

Após receber voto em separado favorável com emenda modificativa da Comissão de Constituição, sendo aprovado por maioria de seus membros, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 43, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão, tem por finalidade adequar a legislação estadual ao disposto no Estatuto do Idoso, que preleciona em seu artigo 40, o direito a gratuidade no transporte coletivo interestadual aos idosos, com idade igual ao superior a sessenta e cinco anos.

Deste modo, observa-se que o projeto busca não ferir a Magna Carta, pelo contrário, garante a faculdade de ir e vir, assegurando a pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana, estendendo o direito já disposto na Constituição Federal, Constituição Estadual e Estatuto do Idoso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

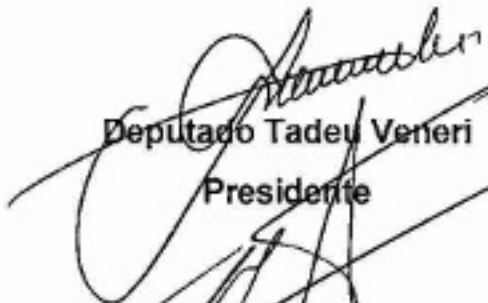
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury





CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Ney Leprevost
Relator


QUINTEIRO





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 244/2013

Projeto de Lei nº 244/2013
Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Institui conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no Estado do Paraná.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 244/2013**, de autoria do Deputado Teruo Kato, institui conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no Estado do Paraná.

Esta proposição baseia-se na Lei Federal nº 10.741 de 10 de outubro de 2003, que garantiu em seu artigo 40 a gratuidade de duas vagas para os idosos no transporte coletivo interestadual, porém compete somente ao Poder Público Estadual, garantir este benefício de forma igualitária na rede Estadual de Transporte Coletivo, fazendo-se necessária a apreciação da presente proposição.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 244/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado. A ação sugere garantir o benefício de gratuidade no transporte intermunicipal aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos e, que apresentem renda igual ou inferior a dois salários mínimos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Vale destacar que referida proposição respeita em tese as peculiaridades concessionárias, permitindo com que referida implantação possa ser realizada a partir da renovação ou revisão do seu contrato, sem que para isso precise causar prejuízo algum aos usuários.

A Constituição do Estado do Paraná defende os direitos humanos, com ações contra a discriminação e o benefício à população carente. Desta forma, referida proposição vem de encontro ao interesse público meramente justificado, quando refere-se a uma ação já existente entre os Estados e que com a aprovação desta lei poderá ser normatizada também de forma interna do Paraná.

Conforme cita a própria Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, no que diz respeito à organização do Estado e dos Municípios que trabalham em parceria pelo bem comum, é preciso sempre garantir a justiça e a preservação dos direitos humanos como forma prioritária:

Art. 12º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa da igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação;

IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei;

(Sessão I - Da Organização do Estado e dos Municípios -
Artigo 1 § 1, II, III e IV da Constituição do Estado do Paraná)

Esta proposição eleva um modelo simples que já é implantado em algumas linhas do sistema metropolitano e que com base neste projeto de lei, estaria padronizando esse processo de valorização humana, transformando o Paraná em um modelo único que representaria o simples direito de ir e vir, assegurando o respeito e a dignidade aos idosos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Walter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cabe salientar que a constitucionalidade desta matéria foi aprovada com Voto em Separado pela Comissão de Constituição e Justiça ao se basear única e exclusivamente na competência exalada pelo Poder Público para apresentar esta proposta. Seu mérito, já recebeu também parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis, que em uma análise abrangente se referiu ao disposto na Constituição Federal, Constituição Estadual e Estatuto do Idoso, que protege diretamente esse direito. A nossa proposta de parecer baseia-se única e especificamente na fundamentação de mérito proposto à análise incumbida por esta comissão, a do direito de transporte gratuito aos idosos, deixando de lado qualquer manifestação de encargos financeiros que poderiam ou não serem gerados por este processo. Lembrando que a proposta deixa livre sua adequação a partir da renovação ou revisão de seus contratos concessionários, o que delimita o controle para que seus custos não sejam transferidos de forma direta aos usuários.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nossa proposta de parecer observa em epígrafe o não Ferimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e remete-se diretamente aos benefícios apresentados pela Carta Magna e o Estatuto do idoso – Lei Federal nº 10.741/2003, assentindo-se assim os pontos favoráveis da matéria em análise.

Justifico desta forma o mérito apreciado por esta comissão, fundamentado na questão prioritária de transporte ao idoso, cuja legislação já atua de forma superficial no Estado, necessitando apenas de uma normatização específica que permita este direito de gratuidade aos usuários também em linhas intermunicipais. Conforme cita o artigo 2º e 3º da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, é de comum interesse de todos a prioridade absoluta destinada ao idoso:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral (...), assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

(Artigo 2º e 3º da Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003- que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e suas providências)

Lembrando que o Estatuto do idoso prevê em seu artigo 40 a gratuidade no transporte coletivo, frisando que para isso, caberá especificamente aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para adoção deste direito.

Desta forma, esta proposição vem de encontro a este objetivo, evidenciando claramente o mérito proposto nesta matéria, já que referida proposição destaca o papel do Poder Público Estadual ao sugerir a implantação deste modelo no Paraná. Esta medida direciona-se ao bem comum e interesse público meramente justificado em relação ao transporte público paranaense, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 244/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população e ainda ao direito do transporte gratuito ao idoso, emitindo este parecer com amparo legal da Constituição Federal, Constituição Estadual e Estatuto do Idoso, que regem de forma clara a importância de se preservar esse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



direito. Restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais, apresentados no Voto em Separado pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que referida proposição não apresenta óbices que limitem a sua tramitação, desta forma e por manifestar pontos favoráveis ao transporte e valorização humana no Paraná, este Projeto de Lei merece de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 244/2013, na forma da Emenda Modificativa apresentada pela CCJ.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 25 de novembro de 2013.*

Jonas Guimarães
Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Elton Welter
TERCÍLIO TURINI
Relator

Teruo Kato
Pastor Edson Praczyk

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 244/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Teruo Kato, tem por finalidade instituir conforme especifica, transporte gratuito em linha coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator

ANDRÉ



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Ofício n. 002/2014-CDDCAI

Curitiba, 05 de fevereiro 2014.

SENHORA DIRETORA,

Tendo recebido os Projetos de Lei 244/2013 e 691/2013 e devendo designar relator para os mesmos, que encontram-se anexados, verificamos que o PL 244/2013 possui todos os pareceres de Comissões pelas quais tramitou regimentalmente nesta Casa de Leis.

No entanto, o Projeto de Lei n. 691/2013 não passou por nenhuma comissão desta Casa, mas possui apensado ao mesmo um extrato do PL 272/2011 (com o qual guarda similitude, conforme Declaração dessa Diretoria Legislativa – em anexo) demonstrando que foi arquivado por ter recebido parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Diante do exposto, CONSULTAMOS essa Diretoria Legislativa sobre a continuidade do trâmite dos processos anexados a partir desta Comissão, haja vista que o PL 244/2013 tem pareceres FAVORÁVEIS de todas as Comissões e o PL 691/2013 não possui pareceres das Comissões e é similar a Projeto de Lei arquivado por inconstitucionalidade na CCJ.

Sem mais para o momento e no aguardo de manifestação de Vossa senhoria a respeito, despedimo-nos

Atenciosamente

DEPUTADA ROSE "LITRO"
Presidente

ILMA. SRA
LUCÍLIA FELICIDADE DIAS
M.D. DIRETORA LEGISLATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
N/CASA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 691/2013 e 244/2013, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a **anexação do Projeto de Lei nº 691/2013 ao Projeto de Lei nº 244/2013**, conforme dispõe o artigo 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J.

Arcto-se e encaminha-se
Para Providências
DL. 18/12/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 244/2013

Projeto de Lei nº 244/2013

Autor: Deputado TERUO KATO

Súmula: Institui conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos no Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Teruo Kato, visa instituir conforme especifica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, em consonância ao disposto no artigo 33-V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – V. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idoso.

II – analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos, e:

III – manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



O Projeto de Lei em exame recebeu voto em separado favorável na douta **Comissão de Constituição e Justiça** apresentado pelo deputado Nereu Moura com a apresentação de emenda modificativa aprovada, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

A **Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania** emitiu parecer favorável a presente proposição através do deputado relator Ney Leprevost.

A **Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação** emitiu parecer favorável a presente proposição através do deputado relator Tercilio Turini, por unanimidade dos seus membros.

A **Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais** também emitiu parecer favorável ao presente projeto de lei.

Importante informar que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou requerimento em Plenário aprovado na sessão de 18 de dezembro de 2013, para anexação do Projeto de Lei nº 691/2013 ao Projeto de Lei nº 244/2013, conforme dispõe o artigo 120 do Regimento Interno, por tratarem as proposições de matérias correlatas.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois se pretende assegurar que o transporte intermunicipal de passageiros reserve duas vagas gratuitas para os idosos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e ainda, desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens para os idosos que excederem as vagas gratuitas, adequando à legislação estadual ao disposto no Estatuto do Idoso em seu artigo 40.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa instituir conforme específica, transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.

DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE

CANTORA MARIA LIMA

DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR

ELTON WELTER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROJETO DE LEI Nº 134 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 17 MAR 2014

1º Secretário

Revoga a Lei nº 15.148, de 6 de junho de 2006, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga a Lei nº 15.148, de 6 de junho de 2006, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de março de 2014.

CAÍTO QUINTANA
Deputado Estadual

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

TADEU VENERI
Deputado Estadual

FERCILIO TURINI
Deputado Estadual

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

ANDRÉ BUENO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Honorina Valente, com sede e foro no Município de Curitiba.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados, dentre eles o de gestão administrativa e patrimonial que preserve o interesse público, não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Pois bem. Em pesquisa aos autos nº 1434/2008, que tramitam perante a 8ª Vara Cível de Curitiba, verifica-se que foi nomeado Administrador Provisório e decretada a indisponibilidade judicial dos bens da Fundação, por supostos desvios de finalidade praticados pelos dirigentes.

Destarte, verifica-se que um dos requisitos, insculpido no art. 1º, V, da Lei nº 17.826, de 2013, não foi observado pela instituição, posto que, ao que tudo indica, não manteve gestão administrativa e patrimonial que preservasse o interesse público.

Portanto, diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.


Sala das Sessões, 17 de março de 2014.

**SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO** Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato


 Página para impressão

Lei 15148 - 06 de Junho de 2006

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 7255 de 27 de Junho de 2006**Súmula:** Declara de utilidade pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no Município de Curitiba.**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:**
(Projeto de Lei Nº 112/2006, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa) **Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no Município de Curitiba.**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 06 de junho de 2006.

*Hermas Brandão
Presidente*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado topo
© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/2014

Projeto de Lei nº. 134/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Aníbelli Neto.

Súmula: Revoga a lei nº 15.148, de 6 de junho de 2006, de concessão de título de utilidade pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 15.148, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Aníbelli Neto, tem por objetivo revogar a seguinte lei:

Lei 15.148/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no Município de Curitiba.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a entidade que não preenche os requisitos insculpidos no art. 1º, V, da lei nº 17.826/2013, pois não manteve gestão patrimonial e administrativa que preservasse o interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborar deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;


VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

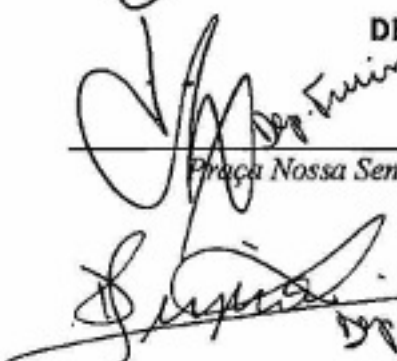
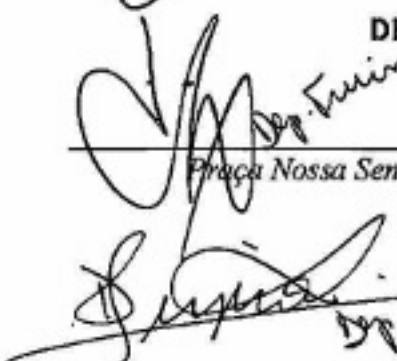
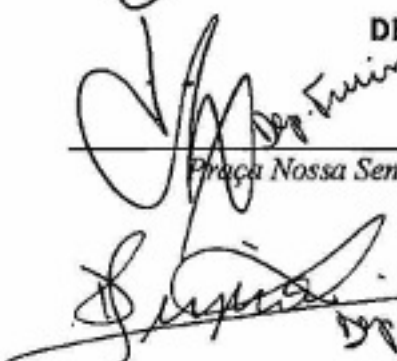
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.

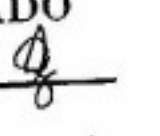

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




APROVADO

29/04/14 



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 ABR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 177 /2014

Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de junho de 1974.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6.558, de 12 de junho de 1974.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
Deputado Estadual

Deputado **PEDRO LUPION**
Deputado Estadual

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
Deputada Estadual

Deputado **TADEU VENERI**
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Deputado **TERCILIO TURINI**
Deputado Estadual


Deputado **ANDRE BUENO**
Deputado Estadual

Deputado **ANIBELLI NETO**
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 5.447, de 24 de dezembro de 1966 já havia concedido o título de Utilidade Pública ao Lar da Acadêmica de Curitiba. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 177/2014

Projeto de Lei nº. 177/2014

Autores: Deputado Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de Junho de 1974.

EMENTA: REVOGA A LEI 6.558/1974, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a seguinte lei:

Lei 6.558/1974. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

A lei elencada acima passou por dois processos legislativos, sendo que apenas uma das leis tem o texto correto, motivo pelo qual a necessidade em revogar-se a outra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;
- II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;
- III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;
- IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

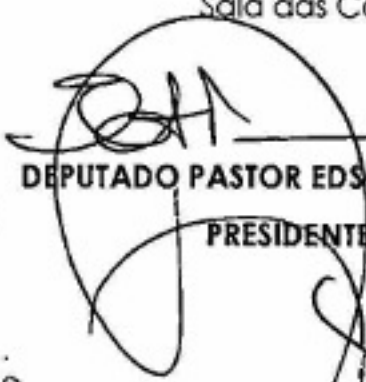
VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

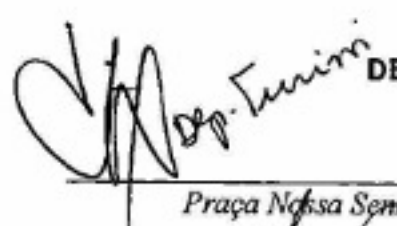
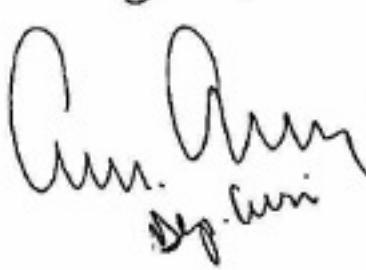

CONCLUSÃO



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

29/04/14



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 414/2014

Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a efetuar venda direta de imóvel ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º Fica a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, autorizada a alienar, ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED, por meio de venda direta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no município de Figueira, registrado sob Matrícula nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, conforme abaixo:

RUA	QUADRA	LOTE	ÁREA LOTE (M²)
1	14	1	12.121,00

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade do adquirente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 01 de outubro de 2014.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 06/10/2014
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, a alienar, ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED, por meio de venda direta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no município de Figueira, registrado sob matrícula nº 6.898 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, conforme abaixo:

RUA	QUADRA	LOTE	ÁREA LOTE (M²)
1	14	1	12.121,00

A COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., informou que a SEED, através do Ofício nº 868/2013, manifestou seu interesse na aquisição do referido imóvel.

A respeito, informo que aquele imóvel fazia parte de processo licitatório de alienação então em andamento. Para atender ao interesse da Secretaria, o imóvel foi retirado do edital de licitação e, tendo sido realizado novo laudo de avaliação (GET/SMF nº 007/2014), ficou seu valor atualizado em R\$ 122.000,00.

O imóvel em questão é considerado inservível para a COPEL e já teve a aprovação da Diretoria para alienação.

Oportuno esclarecer que a proposta atende ao interesse público da administração direta estadual, com destinação do bem para edificação de escola de educação especial, e está em consonância com o parecer jurídico GET/CJGT 025/2014.

Diante do exposto e nos termos da legislação vigente, submeto à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei com vistas à autorização legislativa necessária à efetivação da venda direta do imóvel ao Estado do Paraná, afeto à SEED.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.312.962-6

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 06 OUT. 2014
1º Secretário



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 414/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza a Copel Geração S.A, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a efetuar a venda de imóvel ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação – SEED

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

i. Relatório

Submete-se ao exame da Comissão da Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei nº 414/2014, mensagem nº 87/2014 na sua origem, objetiva autorizar a Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, alienar ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação – SEED, o imóvel na Rua 1, Quadra 14, Lote 1, com área de 12.121,00 m², localizado no município de Figueira, registrado sob matrícula nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Uma vez encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Constituição e Justiça

Gabinete Parlamentar do Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.²

Em um primeiro momento, o autor é legítimo a apresentar proposições, uma vez que se trata de membros desta e.Casa Legislativa e considerando o teor do artigo 65³ da Constituição Estadual e do artigo 124⁴ do RIALEP.

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe o artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, que trata da alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia, conforme segue:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Parlamentar do Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

(...)

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Dispõe sobre o tema também a Lei Federal nº 8666/93, a qual versa sobre licitações:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na Constituição do Estado do Paraná, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que:

(i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Igualmente o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Constituição e Justiça

Gabinete Parlamentar do Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



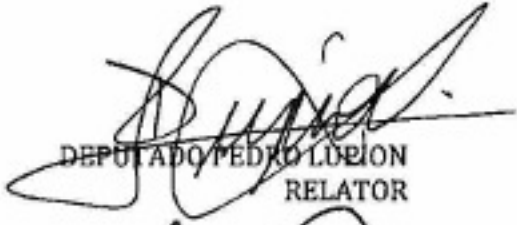
Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do presente PL.

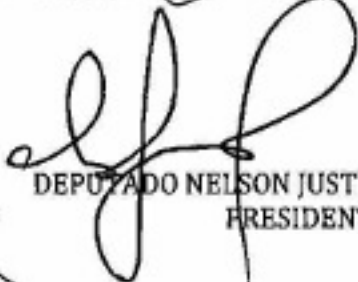
É O VOTO.

iii. **CONCLUSÃO**

Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 414/2014**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

SALA DAS COMISSÕES, ____ de ____ de 2014.


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

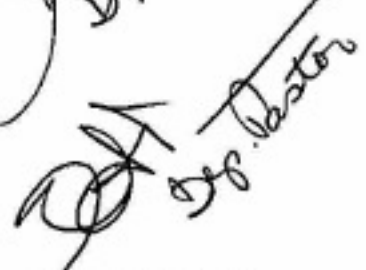

Dep. Scarpone


Dep. Inácio


Dep. Tulinini


Dep. Carlos


Dep. Bonfanti


Dep. Pastor

APROVADO

14/10/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 414/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 087/14, e objetiva autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação – SEED, por meio de venda direta, o bem imóvel da Rua 1, Quadra 14, Lote 1, com área de 12.121,00 (m²) de sua propriedade localizado no Município de Figueira, registrado sob matrícula nº 6.898 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná,

Procedida à análise pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido devidamente aprovado por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se que a proposta encontra-se justificada, na medida em que está em consonância com o parecer jurídico GET/CJGT 025/2014.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa e competência nos arts. 65, e 87 inciso VI, da Constituição do Estado.

De igual modo a Constituição Estadual em seu art. 10, parágrafo único, trata da questão de alienação dos bens imóveis do Estado. Na mesma linha o art. 17 da Lei Federal nº 8666/93 (Lei de Licitações), trata da questão de alienação de imóveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Insta observar que a proposta em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Isto Posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

 Dep. Prof. Lemos
 Dep. Dupion
 Dep. Wilson